

## Operação Compliance Zero

## Semana decisiva para delação de Vorcaro

PF e PGR se debruçam sobre novas informações apresentadas pelo ex-dono do Master

» RENATO SOUZA

Os investigadores da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República se debruçam, desde a última quarta-feira, sobre a nova proposta de delação apresentada por Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. A previsão é de que as equipes deem um parecer, se aceitam ou não o acordo, no começo desta semana. Fontes consultadas pela reportagem junto à equipe policial apontam que a avaliação se dará em poucos dias, por conta do avanço que as diligências registraram com as novas fases da operação Compliance Zero.

A expectativa é de que a situação tenha uma decisão até terça-feira. Os investigadores vão comparar documentos, versões, informações e provas digitais com o que já foi colhido no âmbito da operação Compliance Zero para avaliar se existe justificativa para firmar um acordo com Vorcaro — a fim de que ele apresente detalhes sobre o esquema criminoso em troca de benefícios, como a redução de pena e o desbloqueio de contas após devolver parte dos valores desviados aos cofres públicos. Desta vez, Vorcaro citou nomes de autoridades nas quais ele ainda não tinha feito referência.

O executivo tentou negociar uma delação anteriormente, mas irritou investigadores ao tentar proteger aliados e deixar de citar nomes importantes que conversavam com ele rotineiramente, especialmente por meio de ligações e mensagens de texto. Entre os nomes citados por Vorcaro na nova proposta, estão os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ciro, presidente do Progressistas, foi alvo da quinta fase da Operação Compliance Zero, deflagrada no mês passado. As equipes policiais cumpriram mandados de busca e apreensão contra ele no Distrito Federal e no Piauí.

As investigações apontam que o parlamentar teria atuado em favor do Master em troca de propina. Entre as acusações, está a de que ele

Reprodução



Preso desde março, o ex-banqueiro irritou investigadores ao tentar proteger autoridades aliadas

teria apresentado uma emenda legislativa que ampliaria a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) — chamada de Emenda Master. As buscas contra Ciro foram autorizadas pelo ministro André Mendonça, relator do caso no Supremo Tribunal Federal. (STF).

## Critérios

Para que um acordo de colaboração premiada seja considerado válido, as autoridades analisam uma série de requisitos previstos na legislação e consolidados pelo entendimento dos tribunais. O principal deles é a utilidade das informações prestadas pelo colaborador. Não basta apenas relatar fatos já conhecidos pelos investigadores. A delação precisa trazer elementos novos, capazes de ampliar a investigação, identificar outros envolvidos, revelar a estrutura de organizações criminosas ou permitir a recuperação de recursos desviados. Além disso, as declarações

devem ser acompanhadas de provas ou de caminhos concretos para sua obtenção.

Outro critério fundamental é a completude da colaboração. Investigadores costumam rejeitar acordos quando identificam omissões, tentativas de proteger determinados personagens ou versões incompatíveis com as provas já reunidas. A avaliação da Polícia Federal, do Ministério Público e, posteriormente, do Judiciário, leva em conta se o colaborador está efetivamente disposto a revelar tudo o que sabe sobre os fatos investigados. A chamada “delação seletiva”, na qual o investigado escolhe o que contar e o que esconder, tende a inviabilizar a concessão dos benefícios previstos em lei.

Foi justamente esse entendimento que levou a Polícia Federal a rejeitar a primeira proposta de delação apresentada pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro. Segundo relatos obtidos junto à PF, os investigadores concluíram que as

informações oferecidas não eram inéditas, apresentavam inconsistências quando confrontadas com as provas já existentes e deixavam de abordar personagens considerados relevantes para o avanço das apurações. A avaliação interna foi de que a proposta não atendia aos requisitos necessários para justificar a celebração do acordo de colaboração.

A expectativa dos investigadores é que Vorcaro, desta vez, tenha apresentado uma colaboração mais ampla, com informações inéditas, documentação comprobatória e relatos que permitam aprofundar investigações sobre eventuais esquemas de corrupção, tráfico de influência e fraudes financeiras. Nos bastidores, a avaliação é de que apenas uma delação robusta, acompanhada de provas e sem omissões relevantes, teria condições de obter o aval da PGR e posterior homologação pelo Supremo. Caso contrário, o acordo será rejeitado sumariamente.

## Kassio segue na relatoria

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, negou na última quarta-feira o pedido de suspensão apresentado por quatro senadores contra o ministro Kassio Nunes Marques — relator do mandado de segurança que trata da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) voltada ao Banco Master.

Nunes Marques foi escolhido, por sorteio, para julgar o mandado. Os senadores Eduardo Girão (Novo), Alessandro Vieira (MDB), Marcos Pontes (PL) e Plínio Valério (PSDB), porém, alegaram que o ministro tem relação de amizade com Ciro Nogueira (PP) — um dos investigados por envolvimento na fraude financeira liderada por Daniel Vorcaro.

## Fora do prazo

A decisão de Fachin reconheceu a iniciativa como “incabível” por ter sido apresentada fora do prazo regimental. O ministro destacou que o Regimento Interno do STF estabelece prazo de cinco dias após a distribuição do processo para indicar suspeição do relator.

Como o mandado de segurança foi distribuído em 26 de março de 2026, o prazo para contestar a isenção do relator expirou em 31 de março de 2026. O pedido dos senadores, porém, só foi protocolado no STF em 12 de maio de 2026 — mais de um mês após o término do prazo.

## NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br



## PEC ultraliberal contraria campanha para acabar com 6x1

O fim da jornada 6x1 no Brasil mobilizou o Congresso Nacional no fim do mês passado, com a aprovação, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição 221/2019. O texto reduz a jornada de trabalho semanal de 44 horas para 40 horas e estabelece um descanso de dois dias, um deles preferencialmente aos domingos. De forma efusiva, os deputados registraram 461 votos favoráveis à PEC, contra 19 contrários. Seguiu-se uma ampla comemoração por parte de setores ligados aos trabalhadores, além de aliados do governo Lula e do próprio presidente da República. Em contraponto, a classe empresarial lamentou a mudança de regime e espera avançar no Senado Federal na obtenção de ajustes na proposta chancelada pela primeira Casa Legislativa.

Nesta nova fase, o presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, já deixou claro que não pretende se deixar levar pela empolgação do momento. Disse não ter pressa para avaliar o fim da jornada 6x1 e deixou no ar até a possibilidade de o texto passar por outras instâncias além da Comissão de Constituição e Justiça, abrindo uma possibilidade pouco usual para o rito legislativo. Sensível às pressões políticas do governo e de diferentes setores da sociedade, Alcolumbre pretende valorizar o protagonismo do Senado. “Não é razoável que a Câmara dos Deputados passe cinco meses debatendo um assunto muito relevante para o Brasil, para o povo brasileiro, para a nação e também para os trabalhadores e para os empreendedores, e o Senado seja obrigado a carimbar um texto aprovado na Câmara”, disse o presidente do Congresso no início da semana passada.

Nesse ponto, convém abrir um parêntesis: é chocante a contradição entre o cuidado de Davi Alcolumbre em debater mudanças na legislação trabalhista brasileira e o atropelamento parlamentar que, em menos de dois minutos, suspendeu a resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) para o aborto legal em crianças e adolescentes vítimas de estupro. Em votação simbólica e sessão remota, os senadores eliminaram as diretrizes do Conanda a favor de procedimentos que assegurem às vítimas de abuso sexual o cumprimento da lei. Em um país onde, diariamente, 450 crianças e adolescentes se tornam mães, ficou evidente que o Senado Federal está aberto ao debate somente quando lhe convém.

Paralelamente à cautela de Alcolumbre, outro movimento no Senado Federal promete frear o ímpeto em favor dos trabalhadores com o fim da jornada 6x1. Trata-se da PEC 12/2026, de autoria do senador Rogério Marinho e de outros parlamentares. O texto pode ser interpretado como o antípoda da PEC 221/2019. A PEC permite aos trabalhadores optar quanto à jornada de trabalho, podendo escolher entre o regime comum previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou um regime flexível baseado em horas trabalhadas. Estabelece, ainda, o pagamento proporcional dos benefícios garantidos pela legislação, como férias, 13º salário, FGTS e adicionais trabalhistas. Por fim, o texto privilegia a negociação individual à convenção coletiva.

No entendimento do senador Rogério Marinho, esse modelo daria mais autonomia ao trabalhador, de modo que ele poderia conciliar o tempo dedicado ao trabalho e o lazer. “Se você quiser trabalhar 20 horas, 30 horas, 40 horas, 50 horas, é possível. E que você seja remunerado pela sua atividade e pela sua disponibilidade em relação ao seu empregador. É assim que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos”, argumentou o líder da oposição e coordenador da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro.

A proposta defendida por Marinho foi imediatamente batizada por termos pejorativos, como “PEC da Escravidão”, “PEC 7x0” ou “PEC das Horas Trabalhadas”. Na avaliação dos críticos, a PEC abre caminhos para consequências, como precarização do trabalho, redução de renda e fragmentação dos direitos trabalhistas. Os opositores ressaltam ainda que o texto, ao defender uma suposta modernização nas relações de trabalho, aprofunda a desigualdade entre categorias de trabalhadores e fragiliza o poder de negociação entre empregados e empresas.

Com apoio de entidades empresariais e políticos de direita — entre os quais o senador Flávio Bolsonaro —, a PEC 12/2026 pode ser considerada um extrato do ultraliberalismo brasileiro. Propõe uma espécie de desregulamentação do mercado de trabalho, deixando para empregados e patrões a livre negociação. Propõe esse modelo abre uma janela para diversos questionamentos, considerando a realidade nacional: será essa proposta suficiente para reduzir a informalidade, que atinge 40 milhões de trabalhadores? Quais serão os impactos no regime da Previdência, absolutamente comprometido para as futuras gerações? Permitirá a PEC que os brasileiros tenham mais tempo para se qualificar e dedicar-se à família? Como ficará a fiscalização desses micro regimes de trabalho, em um país continental e extremamente desigual?

Há um risco de que a flexibilização total das relações de trabalho aprofunde os problemas já existentes no país. Fenômenos como a uberização já formaram, no Brasil, uma geração de trabalhadores que dedicam horas de seu tempo sem nenhuma garantia trabalhista ou contribuição previdenciária. Caberá aos senadores definir os termos necessários para aprimorar o texto proveniente da Câmara ou a proposta ultraliberal defendida por senadores bolsanaristas e aliados.

Ainda em relação à PEC 12/2026, supostamente emulada do modelo norte-americano, chama a atenção representantes da direita brasileira defenderem mais liberdade no mercado de trabalho na mesma semana em que os Estados Unidos ameaçam impor uma tarifa de 12,5% ao Brasil por identificar falhas no combate a trabalhos forçados. Na visão dos norte-americanos, o liberalismo brasileiro adquiriu sotaque de exploração econômica.

## Defesa mira Supremo

Depois que o ex-dono do Master Daniel Vorcaro entregou sua primeira delação, a Polícia Federal deflagrou novas fases da Operação Compliance Zero. Prendeu o pai do banqueiro, Henrique Vorcaro, e realizou busca e apreensão contra o senador Ciro Nogueira (PP-PI) por suspeitas de pagamentos mensais de propina de R\$ 300 mil por meio de uma empresa da família do parlamentar. Essas informações, por exemplo, não haviam sido incluídas na primeira proposta de delação. Após a operação, Nogueira negou as acusações e disse que nunca recebeu pagamentos de Vorcaro.

Em paralelo a essas tratativas, a defesa de Henrique Vorcaro trabalha para conseguir a revogação de sua prisão preventiva em julgamento na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Integrantes do entorno de Daniel Vorcaro avaliam que uma eventual soltura do pai do banqueiro pode facilitar a estratégia de defesa montada no caso do executivo.

Já votaram pela manutenção da prisão o relator, André Mendonça, e o ministro Luiz Fux, mas Gilmar Mendes pediu vista para analisar melhor o pedido.

O advogado Eugênio Pacelli, que representa Henrique Vorcaro, argumentou que ele não fez pagamentos de natureza ilícita à equipe de policiais ligada ao “Sicário”, um braço armado que, segundo as investigações, era usado pelo filho para ações ilegais.

A expectativa dos familiares do

Reprodução/Facebook



Vorcaro vê julgamento do pai, Henrique, como estratégico para sua defesa

banqueiro é de que o pedido de vista feito por Gilmar e declarações públicas dele podem indicar um voto divergente do relator. O desfecho do julgamento depende dos votos de Gilmar e de Kassio Nunes Marques (leia mais ao lado). No caso de empate, prevalece a decisão mais favorável ao investigado.

## “A Turma”

Henrique Vorcaro foi preso em Nova Lima (MG), em 14 de maio, durante o avanço das investigações conduzidas pela Polícia Federal. Empresário mineiro, ele é fundador do Grupo Multipar,

conglomerado com atuação nos setores imobiliário, de engenharia, energia e agronegócio. A Compliance Zero apura um suposto esquema de vigilância, intimidação e perseguição de desafetos ligado ao núcleo investigado.

De acordo com a Polícia Federal, Henrique é apontado como “demandante, beneficiário e operador financeiro” de um grupo conhecido como “A Turma”, que teria sido estruturado para proteger interesses do banqueiro. A organização é investigada por supostos atos de espionagem clandestina, intimidação e monitoramento de pessoas consideradas adversárias do grupo.